

CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS
MUNICÍPIO DE MÉRTOLA
2014



RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Introdução

Nos termos do artigo 75.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, devem apresentar contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

O Grupo Autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

Deverão ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município.

O n.º 7 do mesmo artigo identifica “Os documentos de prestação de contas consolidadas constituem um todo e compreendem o relatório de gestão, o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados por natureza, o mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo da consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos e mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza.

Em junho de 2010 ano foi publicada a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, através da qual foi aprovada a Orientação n.º 1/2010, intitulada de “Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”.

Em 28 de Abril de 2011, na ausência de normas de consolidação de contas no POCAL ou uma norma única de consolidação de contas aplicável a todas as administrações públicas que compõem o sector público administrativo, foi publicado pelo Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL (SATAPOCAL) instruções específicas para o Exercício de 2010, com o objetivo de operacionalizar a consolidação de contas a apresentar pelos Municípios.

As Demonstrações Financeiras consolidadas devem ser elaboradas e aprovadas pela Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido no artigo 76.º da Lei 73/2013, e submetidas à apreciação da Assembleia Municipal no mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam, sendo posteriormente publicitada de harmonia com o previsto no artigo 79.º da mesma lei.

2. Perímetro de consolidação

O perímetro de consolidação do Município de Mértola engloba, para além do próprio Município, as seguintes entidades:

Entidade	Percentagem detida
Merturis - Empresa Municipal de Turismo - E.E.M.	100%
Fundação Serrão Martins	98,15%
Resiaelentejo - Tratamento e Valorização de Resíduos, E.I.M.	12,50%

2.1. Merturis - Empresa Municipal de Turismo E.M.M.

A Merturis - Empresa Municipal de Turismo E.M.M., foi criada em 2004, tendo iniciado a sua atividade em 2005 com o objetivo de impulsionar e rentabilizar de forma sustentável as potencialidades turísticas do Concelho de Mértola.

Desde então, tem acionado em sinergia com o Município e vários operadores locais, diferentes atividades de valorização, promoção e rentabilização do património natural, histórico «, gastronómico e etnográfico do concelho.

No seu objeto social indica-se a promoção do turismo no concelho de Mértola como a área principal de atividade da empresa. Na verdade a para dessa atividade e com igual importância surgem entre outras as seguintes: a dinamização da atividade económica local através do adequado desenvolvimento do turismo, a monitorização e apoio na observação/controlo do cumprimento das normativas que regem o sector e o exercício autónomo ou em parceria de atividades acessórias, complementares ou conexas com o seu objeto social.

Após a entrada em vigor da Lei n.º 53-F/2006 a empresa municipal procedeu às adaptações necessárias decorrentes dessa norma, tendo alterado quer a sua designação quer introduzindo no seu objeto social atividades próprias das empresas de animação turística. Do ponto de vista económico-financeiro a Merturis EEM, tem procurado melhorar o seu desempenho e nos últimos anos, desde 2009, tem apresentado resultados positivos e aumentado a venda de serviços, reduzindo o peso dos subsídios à exploração, previstos em contratos de programa celebrados com a autarquia.

A norma legal em vigor desde então, e até à publicação da Lei n.º50/2012, e que serviu de base quer à elaboração dos documentos previsionais de 2009,2010,2011 e 2012, quer à sua execução, bem como à forma como a Autarquia e a própria Empresa decidiam sobre a forma de financiamento das atividades, era por isso a lei n.º 53-F/2006, não existindo nessa norma qualquer indicador económico-financeiro orientador, cujo incumprimento pudesse conduzir à dissolução das empresas. Mais, o facto das relações económico-financeiras entre as entidades assentarem na figura do contrato – programa, cuja celebração está definida nos artigos 9º,20º e 23º do referido diploma, os fluxos financeiros daí resultantes eram classificados como transferências, sendo que, em bom rigor, algumas das atividades previstas no contrato de programa, poderiam ter sido perfeitamente classificadas contabilisticamente como prestação de serviços, porque correspondiam no essencial a prestação de serviço do pessoal da empresa municipal quer na organização de eventos, quer na promoção do turismo em representação do Município em eventos nacionais e internacionais.

A publicação da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, veio definir critérios financeiros com efeitos retroativos aos três anos anteriores à sua publicação, ou seja 2009, 2010 e 2011, cuja não verificação, pressupunha a dissolução imediata das entidades, não salvaguardando qualquer indicador que indiciasse pelo menos uma evolução positiva e favorável dos indicadores mais recentes. Em face dessa situação a Merturis não cumprindo dois dos indicadores, nos três anos em apreciação, deveriam os órgãos competentes promover a sua dissolução.

Em face desta situação, a Câmara Municipal em reunião ordinária do dia 6 de fevereiro de 2013, decidiu por unanimidade manter a Empresa Municipal, e propor a Assembleia Municipal que delibere pela não dissolução da empresa, o que veio acontecer em reunião daquele órgão realizada no dia 28 de fevereiro.

Durante o ano de 2014 foi rececionada a informação nº1193/2014 de 17 de julho da Inspeção Geral de Finanças que mereceu o Despacho nº 194/14/MEF de 29 de agosto de 2014 por parte de Sua Ex.ª a Sr.ª Ministra de Estado e das Finanças que decreta a dissolução oficiosa da Merturis, a qual foi comunicada ao Presidente do Conselho Diretivo do Instituto dos Registos e Notariado I.P.

Em 22 de dezembro de 2014 foi remetido ofício à conservatória do Registo Comercial de Lisboa a solicitar a não consumação da dissolução da Merturis.

Em 21 de janeiro de 2015 o Município de Mértola interpôs no Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja providência cautelar requerendo a suspensão da eficácia do despacho nº194/14/MEF de 29.08.2014, da Ministra de Estado e das Finanças, exarado sobre a informação nº1193/2014 de 17 julho, da Inspeção Geral de Finanças, tendo sido recusada a providência cautelar requerida. Desta forma, encontra-se em curso o processo de dissolução da Merturis.

2.2. Fundação Serrão Martins

A Fundação Serrão Martins é uma instituição de direito privado sem fins lucrativos, com sede na Mina de S. Domingos, no Concelho de Mértola, constituída pelos sócios fundadores Município de Mértola e empresa La Sabina- Sociedade Mineira e Turística, SA, que integram o Conselho Instituidor e o Conselho de Administração.

A Fundação Serrão Martins “ prossegue fins sociais, culturais, artísticos, educativos, científicos, económicos, visando a elevação do nível sócio cultural e técnico do Concelho de Mértola de harmonia com os princípios tradicionais da região, promovendo o desenvolvimento sócio-económico e cultural da Mina de S. Domingos e recuperando a sua tradição mineira”.

Para a concretização destes fins gerais, a Fundação Serrão Martins tem assegurado o funcionamento regular do complexo da Mina de S. Domingos e Pomarão em parceria com os sócios fundadores e tem administrado o património doado por estes à Fundação e recuperado com fundos municipais e comunitários.

Em 2012 a Fundação Serrão Martins respondeu ao censo das Fundações levado a cabo pelo Ministério das Finanças. Em resultado da avaliação contestada a nível nacional pela definição de critérios posteriormente ao preenchimento do inquérito e pelas deficiências da própria avaliação, os órgãos da Fundação e os órgãos municipais contestaram a avaliação e deliberaram não aceitar a proposta de extinção constante da resolução ministerial, pelo que continuaram em funcionamento e a aprovar os documentos fundamentais para a gestão da Fundação.

O Orçamento de Estado para 2014, à semelhança do ano anterior, limitou a autonomia financeira dos municípios, determinando que as transferências para as fundações identificadas na resolução do Conselho de Ministros nº79-A/2012, de 25 de Setembro, dariam lugar à redução de igual montante nas transferências do OE para o município respetivo. Por esse motivo em 2014, o Município de Mértola não fez qualquer transferência do seu orçamento para a Fundação Serrão Martins.

2.3. Resialentejo - Tratamento e Valorização de Resíduos, E.I.M.

A AMALGA – Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão do Ambiente foi constituída em 28 de Fevereiro de 2000, tendo em 18 de Junho de 2004 criado a Resialentejo – Tratamento e Valorização de Resíduos, EIM para gerir o Sistema de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) do Baixo Alentejo. Em Julho de 2012, em virtude de uma reestruturação jurídico-legal a AMALGA incorporou a Resialentejo, através de um processo de fusão, tendo adotado a denominação social da Resialentejo – Tratamento e Valorização de Resíduos, EIM.

A Resialentejo dá destino final aos resíduos indiferenciados (resíduos que não são separados) provenientes da recolha municipal e dos materiais recicláveis depositados nos ecopontos/ecocentros e da recolha municipal dos concelhos de Almodôvar, Barrancos, Beja, Castro Verde, Mértola, Moura, Ourique e Serpa (seus acionistas).

A empresa gere ainda o Parque Ambiental de que é proprietária, com uma área de 143 ha, onde tem reunidas as suas principais infraestruturas de tratamento e processamento de resíduos, a saber:

- 1 Aterro Sanitário;
- 1 Centro de Triagem;
- 1 Unidade de Triagem de Vidro;
- 1 Ecocentro;
- 1 Centro de Receção e Triagem de REEE.

Para além das infraestruturas instaladas no Parque Ambiental, a Resialentejo tem ainda 5 Estações de Transferência/Ecocentros (Beja, Barrancos, Castro Verde, Mértola e Serpa).

No final de 2014 ficou concluída a empreitada de construção da Unidade TMB que irá processar parte dos resíduos produzidos nos municípios associados da RESIALENTEJO.

3. Evolução da Gestão do Conjunto das Entidades

3.1. Município de Mértola

No decurso do ano 2014 concluíram-se algumas obras importantes para o Concelho, como sejam: a obra de arruamentos em Moreanes e a obra de arruamentos em Corte Gafo de Cima, a pavimentação da estrada que liga a localidade de Moreanes ao Monte do Guizo.

Foram ainda executadas outras intervenções de menor monta como sejam, as obras de beneficiação dos Prédios da Rua 5 de outubro, da Casa Marciano Godinho e da Casa Mário Elias, em Mértola, para habitação social.

No decurso do ano foram ainda lançadas outras obras, que se encontram a decorrer, como sejam: a obra de abastecimento de água, saneamento e pavimentação em Martinhanes, a remodelação da Escola Primária da Mina São Domingos, a Pista de Canoagem na Mina de São Domingos, a reabilitação do Edifício denominado “Casa Branca” no centro histórico de Mértola, a execução do passeio pedonal em Mina de São Domingos, entre outras.

Em termos globais, os investimentos concretizados, por área de intervenção, totalizaram os seguintes valores, em euros:

Transportes e comunicações	-	1.878.616
Comércio e Turismo	-	545.598
Abastecimento de água	-	482.450
Educação	-	349.925
Desporto, Recreio e Lazer	-	336.780

3.2. Merturis - Empresa Municipal de Turismo E.M.M.

O ano de 2014 revelou-se, para a Merturis, como um ano de particular dificuldade em termos de gestão técnica e financeira. A indecisão em relação ao futuro da entidade, decorrente dos pressupostos legais da Lei 50/2012 resultou, em termos práticos, na não transferência das verbas previstas no contrato programa com o Município e na impossibilidade desta assumir compromissos (técnicos e financeiros) a médio-longo prazo, para além, de ter condicionado fortemente o foco e o ânimo da equipa de trabalho.

Apesar destes constrangimentos que se refletem nos resultados financeiros da empresa, o ano de 2014 foi um ano de realizações e resultados que comprovam a mais-valia que a empresa aporta, localmente, ao setor do turismo.

Em relação a 2013, registou-se um aumento de 29% no número de visitantes registados no Posto de Informação Turística de Mértola, contrariando a tendência de descida que se vinha a registar desde 2010. O núcleo da Igreja Matriz/Antiga Mesquita (o mais visitado do Museu de Mértola) registou, 32.024 visitantes, tornando-se Mértola num caso provavelmente único em termos da relação visitante/habitante. Este aumento de visitantes registou-se quer por influência do mercado nacional, quer por influência do mercado internacional. Em relação aos visitantes residentes no estrangeiro, o TOP 5 foi ocupado pela Espanha, França, Alemanha, Reino Unido e Holanda. Registe-se que em 2014, se verificou um aumento quase exponencial dos visitantes oriundos da França e da Alemanha em relação aos números registados em 2013. Quanto à procura turística, de acordo com os serviços do Posto de Turismo, para além do turismo cultural centrado na visitação ao património e espaços museológicos, registou-se, no ano transato, um claro aumento do número de visitantes que procura ofertas de turismo de natureza, com destaque para as caminhadas e o birdwatching, comprovando-se a eficácia da aposta da Merturis nos produtos de nicho e diversificação da oferta turística.

Durante o ano de 2014 foi concluído e apresentado o novo Plano de Ação Estratégico para o Setor do Turismo 2013/2017 apresentado publicamente no XI Encontro de Empresários do Concelho de Mértola a 22 de novembro.

Foram ainda elaborados os Cadernos de Produto para os seguintes produtos turísticos:

- Caderno Turismo de Natureza: Pedestrianismo.
- Caderno Turismo de Natureza: Birdwatching.
- Caderno Turismo Cinegético

Em cada um destes cadernos para além de uma análise profunda aos nichos de cada mercado, foram apresentadas linhas estratégicas e linhas de ação para concretizar a curto e médio prazo em cada produto.

3.3. Fundação Serrão Martins

Durante o ano de 2014 a atividade da Fundação Serrão Martins incluiu a realização de visitas guiadas, o acolhimento de estagiários, manutenção de exposições no Cineteatro abertas ao público durante o ano, recolha e registo de documentação para o acervo documental, preparação de projetos de investigação, proteção, recuperação e divulgação do património edificado e documental ao cuidado da Fundação, preparação e execução de projetos na área do turismo, promoção e acessibilidade, avaliação e organização do funcionamento dos

serviços, do arquivo e do acervo de materiais, edição e preparação de exposições, edições, programação e preparação de atividades para 2015 e anos seguintes, além da cooperação institucional com a Câmara Municipal de Mértola, Merturis, ALSUD – Escola Profissional, ADRAL, LNEG, Roteiro de Minas, Universidade de Évora e outras entidades nacionais e internacionais, em atividades, projetos e edições por estas promovidas.

4. Atividades do conjunto em matérias que estão diretamente ligadas à atividade autárquica

O trabalho desenvolvido pela Merturis, concentrou-se em três grandes eixos de intervenção: a estruturação de produtos turísticos, com particular destaque para o Turismo de Natureza: a promoção e o marketing territorial, com incidência para as ações direcionadas para o mercado externo; e a área dos serviços de consultadoria, com destaque para serviços relacionados com o apoio à concretização, acompanhamento e avaliação de projetos de índole turística.

Para além das atividades indicadas anteriormente, a empresa municipal colaborou ainda com a Autarquia, na realização das seguintes ações:

- Na área da animação turística: Festival do Peixe do Rio, Feira do Mel, Queijo e Pão, Festival Islâmico, Festas da Vila, Festival da Juventude e Feira da Caça.
- Na área da promoção e marketing territorial, de destacar a participação em várias feiras nacionais, a saber:
 - BTL 2014;
 - Festival do Petisco em Beja;
 - Ovibeja 2014;
 - Expocaça em Santarém;
 - Feira da Caça, Pesca e Mundo Rural do Algarve, em Tavira;
 - Feira Natural.pt, em Sintra;
 - Feira da Caça Maior de Odemira, em S. Teotónio;
 - Comunicação “Mértola, Capital Nacional da Caça – Estruturação e
 - Promoção do Turismo Cinegético no concelho de Mértola” integrada
 - no programa da Feira de Caça Maior de Odemira;
 - Observanatura 2014, Herdade da Mourisca em Setúbal

e internacionais:

- Feira de Animação Turística em Ayamonte;
- EXPOCINEGÉTICA de Madrid;

- San Diego Bird Festival nos EUA;
- British Birding Fair 2014;
- Falsterbo Bird Show;
- Feira Cinegética de Betúria;
- Rio Grande Valley Bird Festival.

5. Previsão da evolução futura do conjunto das entidades que compõem o perímetro de consolidação

5.1. Merturis - Empresa Municipal de Turismo E.M.M.

No momento em que ainda persiste a indefinição em relação ao futuro da empresa, um dos objetivos fundamentais é assegurar e consolidar a viabilidade financeira da empresa. A par do cumprimento do seu objeto social a ação da Merturis deve contribuir também para o cumprimento do seu estatuto de empresa, aliando aos objetivos sociais o propósito da obtenção de receitas que garantam a sua sustentabilidade futura.

Durante os anos de 2013 e 2014, o Município desenvolveu junto da IGF, autoridade que tutela o funcionamento da empresa, várias diligências no sentido de reverter o processo de dissolução da sociedade.

Em 21 de janeiro de 2015 o Município de Mértola interpôs junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja uma providência cautelar requerendo a suspensão da eficácia do despacho nº194/14/MEF de 29.08.2014, da Ministra de Estado e das Finanças, exarado sobre a informação nº1193/2014 de 17 julho, da Inspeção Geral de Finanças, tendo sido a mesma recusada. Desta forma, encontra-se em curso o processo de dissolução da Merturis.

5.2. Fundação Serrão Martins

O Plano para 2015 seguirá a linha de atuação do ano transato e os seus objetivos serão consolidar e qualificar as competências da Fundação na área da investigação, preservação, valorização e divulgação do património cultural e natural do concelho de Mértola em geral, e em particular do património da Mina de São Domingos. É intenção da FSM manter o núcleo museológico da “Casa do Mineiro” e o Cineteatro abertos ao público, inclusive ao fim de semana, e manter a oferta de visitas guiadas ao complexo mineiro.

Definem-se como linhas orientadoras do plano a (o):

- Manutenção e otimização do modelo organizacional e funcional da Fundação e dos seus procedimentos técnicos, administrativos e financeiros;
- Reformulação da parceria com a Câmara Municipal de Mértola e Merturis, EM no sentido da assessoria no planeamento, financiamento, gestão e avaliação de projetos estruturantes em matéria de Património, Turismo e Desenvolvimento;
- Conceptualização, candidatura, execução e avaliação de projetos e iniciativas de ação que concretizem o objeto social da Fundação no âmbito das áreas de intervenção que preconiza;
- Reforço, recuperação, restauro, avaliação e divulgação do acervo documental e espólio mineiro da Fundação;
- Estruturação do produto turístico “Turismo Industrial/ Áreas Mineiras” numa perspetiva regional e transfronteiriça;
- Manutenção das atividades de animação e educação com vista à promoção e rentabilização do património existente;
- Melhoria das acessibilidades e condições de visitação;
- Reforço do trabalho de investigação e conhecimento associado à história, património edificado, património natural e geológico da Mina de S. Domingos e área envolvente, através da procura de parcerias e colaboração com universidades e centros de estudos;
- Participação em redes de parceiros, nacionais e internacionais, para intercâmbio de experiências e potenciação da capacidade e qualidade da ação da Fundação.

6. Factos relevantes ocorridos após o encerramento do ano

Não ocorreram factos relevantes após o encerramento do ano.

Mértola, 11 de junho de 2015.

BALANÇO CONSOLIDADO

	ACTIVO	ANO DE 2014			ANO DE 2013
		ACTIVO BRUTO	AMORT. PROV	ACTIVO LIQUIDO	ACTIVO LIQUIDO
	Imobilizado:				
	<i>Bens de domínio público</i>				
451	Terrenos e recursos naturais	202.321,25	0,00	202.321,25	187.293,75
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras construções e infra-estruturas	30.004.690,76	7.129.996,93	22.874.693,83	22.513.229,35
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	459.674,15	22.494,42	437.179,73	437.179,73
459	Outros bens de domínio público	462.827,40	0,00	462.827,40	272.219,44
445	Imobilizações em curso	15.705.224,93	0,00	15.705.224,93	15.500.389,79
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
		46.834.738,49	7.152.491,35	39.682.247,14	38.910.312,06
	Imobilizações Incorpóreas				
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	4.974,06	0,00	4.974,06	4.974,06
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
443	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		4.974,06	0,00	4.974,06	4.974,06
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	9.163.434,24	0,00	9.163.434,24	9.116.123,62
422	Edifícios e outras construções	18.871.219,88	4.595.635,84	14.275.584,04	13.291.707,85
423	Equipamento básico	4.977.956,85	4.114.667,30	863.289,55	993.668,59
424	Equipamento de transporte	3.526.343,43	2.813.586,93	712.756,50	765.437,36
425	Ferramentas e Utensílios	49.646,62	49.514,21	132,41	215,20
426	Equipamento administrativo	2.852.144,66	2.646.150,35	205.994,31	211.600,09
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	139.377,67	44.353,44	95.024,23	87.777,43
442	Imobilizações em curso	852.760,26	0,00	852.760,26	1.233.527,05
448	Adiant. p/conta de Imobilizações Corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		40.432.883,61	14.263.908,07	26.168.975,54	25.700.057,19
	Investimentos financeiros				
411	Partes de Capital	468.426,51	0,00	468.426,51	245.076,98
412	Obrigações e títulos de participação	759.002,89	0,00	759.002,89	0,00
414	Investimentos em imóveis	21.825,76	0,00	21.825,76	21.825,76
415	Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
		1.249.255,16	0,00	1.249.255,16	266.902,74
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	413.560,17	0,00	413.560,17	398.574,50
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produto acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	42.824,17	0,00	42.824,17	36.813,07
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		456.384,34	0,00	456.384,34	435.387,57
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos	19.862,25	0,00	19.862,25	21.262,25
211	Clientes, c/c	8.414,61	0,00	8.414,61	16.807,98
212	Contribuintes, c/c	3.487,24	0,00	3.487,24	2.668,49
213	Utentes, c/c	33.867,93	0,00	33.867,93	24.909,16
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	112.781,81	0,00	112.781,81	71.125,33
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
262 + 263 +	Outros devedores	88.233,42	0,00	88.233,42	27.531,32
		266.647,26	0,00	266.647,26	164.304,53
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	3.364.022,49		3.364.022,49	3.624.736,23
11	Caixa	2.979,05		2.979,05	15.970,87
		3.367.001,54	0,00	3.367.001,54	3.640.707,10
	Acréscimos e Diferimentos				
271	Acréscimos de Proveitos	114.217,08	0,00	114.217,08	219.038,02
272	Custos Diferidos	977,06	0,00	977,06	0,00
		115.194,14	0,00	115.194,14	219.038,02
	Total do Activo	92.727.078,60	21.416.399,42	71.310.679,18	69.341.683,27

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		2014	2013
Fundos Próprios			
51	Património	19.836.748,06	19.836.748,06
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	-449.398,56	
56	Reservas de reavaliação	0,00	
	Reservas	0,00	
571	Reservas legais	1.576.247,67	1.576.247,67
572	Reservas estatutárias	0,00	
573	Reservas contratuais	0,00	
574	Reservas livres	0,00	
575	Subsídios	0,00	
576	Doações	0,00	
577	Reservas decorrentes de transferência de activos	0,00	
59	Resultado transitados	23.834.041,93	22.053.379,90
88	Resultado líquido do exercício	2.025.096,08	851.768,47
	Resultado líquido afeto a interesses minoritários	-202,71	0,00
	Interesses minoritários	5.284,46	0,00
	Total dos Fundos Próprios	46.827.816,93	44.318.144,10
Passivo:			
2312	Dívidas a Terceiros - Médio L. Prazo	4.087.392,01	5.006.166,65
		4.087.392,01	5.006.166,65
<i>Dívidas a terceiros - Curto Prazo</i>			
2311	Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00
221	Fornecedores, c/c	183.772,47	240.766,15
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
217	Clientes e utentes c/ cauções	452,06	1.554,38
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	30.658,78	214.830,88
24	Estado e outros entes públicos	79.645,28	82.974,88
264	Administração autárquica	0,00	472,81
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	799.480,50	21.393,28
265	Pessoal em regime de tarefa ou avença	0,00	0,00
223	Fornecedores por vendas a dinheiro	0,00	0,00
		1.094.009,09	561.992,38
Acréscimos e Diferimentos:			
	Acréscimos de Custos	633.638,34	563.967,30
	Proveitos Diferidos	18.667.822,81	18.891.412,84
		19.301.461,15	19.455.380,14
	Total do Passivo	24.482.862,25	25.023.539,17
	Total do Passivo+ Fundos Próprios	71.310.679,18	69.341.683,27

**DEMONSTRAÇÃO DE
RESULTADOS
CONSOLIDADA**

Demonstração de Resultados		2014	2013
<i>Custos e perdas</i>			
61	Custos das mercad. Vendidas e matérias consumidas:	654.616,88	709.754,69
62	Fornecimentos e Serviços Externos:	2.698.389,78	2.642.894,19
641+642	Custos com o pessoal	4.785.708,83	4.698.935,93
63	Transferências e Sub Correntes Conced. Prest. Sociais	1.113.049,57	921.582,38
66	Amortizações do exercício	1.104.954,62	2.659.315,87
67	Provisões do Exercício	0,00	0,00
65	Outros Custos Operacionais	17.523,55	21.607,96
	(A)	10.374.243,23	11.654.091,02
68	Custos e Perdas Financeiros	45.622,88	848.976,46
	(C)	10.419.866,11	12.503.067,48
69	Custos e Perdas Extraordinários	1.578.658,42	574.121,36
	(E)	11.998.524,53	13.077.188,84
	Imposto sobre o rendimento do exercício	145,00	1.304,44
88	Resultados líquidos antes de interesses minoritários	2.025.096,08	851.768,47
	Resultado líquido afeto a interesses minoritários	-202,71	0,00
	Resultados líquidos consolidados	2.024.893,37	851.768,47
		14.023.562,90	13.930.261,75
<i>Proveitos e Ganhos</i>			
7111	Vendas de mercadorias	12.102,32	17.543,36
7112+7113	Vendas de produtos	221.176,10	238.804,37
712	Prestações de serviços	419.922,94	480.174,38
719	Reembolsos, restituições e anulações	-5.271,54	-1.483,49
72	Impostos e taxas	769.804,37	778.960,89
75	Trabalhos para a própria entidade	433.317,05	250.797,03
73	Proveitos suplementares	0,00	0,00
74	Transferências e subsídios obtidos	10.496.142,13	10.592.362,70
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	4.173,25	0,00
	(B)	12.351.366,62	12.357.159,24
78	Proveitos e ganhos financeiros	590.758,10	474.198,01
	(D)	12.942.124,72	12.831.357,25
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1.081.438,18	1.098.904,50
	(F)	14.023.562,90	13.930.261,75
	Resultados operacionais	1.977.123,39	703.068,22
	Resultados financeiros	545.135,22	-374.778,45
	Resultados correntes	2.522.258,61	328.289,77
	Resultado Líquido do Exercício	2.024.893,37	851.768,47

FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Recebimentos		
		2014
Saldo da Gerência Anterior		3.694.174,38 €
Execução Orçamental	3.621.516,80 €	
Operações de Tesouraria	72.657,58 €	
Total das Receitas Orçamentais		13.503.944,23 €
Receitas Correntes	10.922.890,36 €	
Receitas Capital	2.580.231,53 €	
Receitas Outras	822,34 €	
Operações de Tesouraria	890.565,71 €	890.565,71 €
Total ...		18.088.684,32 €
Pagamentos		
Total das Despesas Orçamentais		13.830.623,40 €
Despesas Correntes	9.515.594,42 €	
Despesas Capital	4.315.028,98 €	
Operações de Tesouraria	891.059,38 €	891.059,38 €
Saldo para a Gerência Seguinte		3.367.001,54 €
Execução Orçamental	3.294.837,63 €	
Operações de Tesouraria	72.163,91 €	
Total ...		18.088.684,32 €

ANEXO AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

Este anexo foi elaborado de acordo com a Portaria n.º 474/2010 de 15 de junho, sendo que nos pontos mencionados na mesma que não são aplicáveis ao exercício estão identificados com a notação “Não aplicável/não existe”.

1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

1.1. Entidades incluídas na consolidação:

Empresa Mãe	NIPC	Sede Social	Atividade principal	N.º de trabalhadores 2014
Município de Mértola	503279765	Praça Luís de Camões	O Município de Mértola é uma autarquia local cuja atividade é a prossecução dos interesses próprios da população do concelho de Mértola legalmente conferidas pela Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, através do exercício das competências descritas na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as respetivas alterações, nomeadamente da Lei 75/2013, de 12 de setembro.	276

Entidades participadas	NIPC	Sede Social	Atividade principal	N.º de trabalhadores 2014	Participação direta	Motivo de inclusão	Método de consolidação
Merturis - Empresa Municipal de Turismo E.E.M.	506888460	Praça Luís de Camões, Edifício dos Paços do Concelho de Mertola	Promoção do turismo no concelho de Mértola	4	100,00%	entidade controlada de forma direta	Método integral
Fundação Serrão Martins	507080769	Edifício da Escola Primária Mina de São Domingos Corte do Pinto	A Fundação prossegue fins sociais, culturais, artísticos, educativos, científicos, económicos, visando a elevação do nível sócio cultural e técnico do Concelho de Mértola de harmonia com os princípios tradicionais da região, promovendo o desenvolvimento sócio-económico e cultural da Mina de S. Domingos e recuperando a sua tradição mineira	2	98,15%	entidade controlada de forma direta	Método integral
Resialentejo - Tratamento e Valorização de Resíduos, EIM.	504 895 788	Herdade do Montinho - Santa Clara de Louredo	Gestão e tratamento de resíduos sólidos urbanos dos municípios de Almodôvar, Barrancos, Beja, Castro Verde, Mértola, Moura, Ourique e Serpa. Gestão do parque ambiental de que é proprietária.	49	12,50%	Empresa do setor empresarial local	Método de equivalência patrimonial

1.2. Entidades excluídas da consolidação:

Entidade participada		Tipo de entidade		
Denominação	N.I.P.C		Valor nominal realizado	%
Cooperativa Agrícola do Guadiana C.R.L	500075280	Cooperativa	99,76	0,02%
ALSUD-Coop. Ensino e Formação do Alentejo, C.R.L.	507624645	Cooperativa	4.000,00	44,44%
Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral	501144587	Associação	0,00	N/A
Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo	509761534	Associação	34.476,96	N/A
Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	502131047	Associação	274,34	N/A

2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada:

2.1. Descrição dos casos em que a aplicação das normas de consolidação não seja suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas deem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas devem apresentar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação, de acordo com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas tendo por base as demonstrações financeiras individuais da entidade consolidante e entidades participadas e consolidadas relativas ao exercício de 2014.

Importa referir que face à reserva por limitação de âmbito constante do parágrafo 7 da Certificação Legal das Contas relativamente aos exercício de 2014 do Município de Mértola, poderão existir ajustamentos e/ou reclassificações que provoquem distorções financeiras consolidadas como um todo.

A reserva apresentada na Certificação Legal das Contas do Município de Mértola evidencia que:

O processo de inventariação dos bens de domínio público do Município encontra-se por concluir, não sendo possível confirmar a adequação dos valores registados contabilisticamente, quer em termos de custo de aquisição ou produção, quer em termos de amortizações acumuladas. Relativamente ao imobilizado corpóreo, conforme mencionado no

ponto 8.2.15. do Anexo às Demonstrações Financeiras, o seu registo contabilístico encontra-se concluído tendo por base o valor de aquisição, contudo não foi terminada a respetiva conferência física, facto que constitui uma limitação ao nosso exame.

2.2. Identificação das situações relacionadas com o afastamento da aplicação das normas de consolidação, efetuadas para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada, com indicação das respetivas razões e dos seus efeitos no balanço e na demonstração dos resultados consolidados.

Relativamente às demonstrações financeiras da participada Resialentejo, para efeitos de consolidação pelo Método de Equivalência Patrimonial, foram utilizadas as contas preparadas em Sistema de Normalização Contabilística (SNC), e não as transpostas para POCAL. Neste caso, a principal diferença entre normativos reside no facto de os subsídios ao investimento serem classificados em capital próprio (SNC) e não como passivo (POCAL). Desta forma, considerou-se que a transposição para POCAL distorceria a imagem verdadeira e apropriada da posição financeira do grupo.

2.3. Indicação das alterações ocorridas, no decurso do exercício, na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação, com fundamentação do facto de se tratar ou não de uma alteração significativa.

Por força da alteração do quadro legal vigente, foram incluídas no perímetro de consolidação a Fundação Serrão Martins e a Resialentejo. Entendemos que a informação constante deste anexo é suficiente para permitir perceber as principais diferenças ocorridas ao nível do perímetro, e que, a materialidade das demonstrações financeiras das novas entidades abrangidas pelo perímetro não justificam a reexpressão de forma integral das demonstrações financeiras consolidadas do ano anterior.

3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação:

3.1. Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas.

Extracontabilisticamente foram efetuados aumentos e diminuições nas rubricas das demonstrações financeiras consolidadas:

- Eliminação das participações financeiras na Merturis e na Fundação Serrão Martins, no montante de 250.000 euros e 148.500 euros, respetivamente;
- Anulação da provisão constituída nas contas individuais do Município de Mértola no montante de 207.212,19 euros relativa a participação na Merturis;
- Anulação da provisão constituída nas contas individuais do Município de Mértola no montante de 425.182,18 euros relativa a participação na Resialentejo;
- Redução da Participação na Resialentejo, por forma da aplicação do MEP, em cerca de 425.182,18 euros;
- Eliminação de transações recíprocas entre entidades incluídas no perímetro de consolidação pelo método integral, Merturis e Fundação Serrão Martins, no montante de 88.023,00 euros e 28.100,00 euros, respetivamente.
- Eliminação dos saldos entre o Município de Mértola e a Merturis no montante de 15.577,53 euros.

3.2. Discriminação da rubrica “diferenças de consolidação”, com indicação dos métodos de cálculo adotados e explicitação das variações significativas relativamente ao exercício anterior.

Não aplicável.

3.3. Justificação dos casos excecionais em que não se tenha adotado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos no património, na posição financeira e nos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Não aplicável.

3.4. Descrição dos acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados de uma entidade incluída no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado.

Não aplicável.

3.5. Informações que tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Não aplicável.

3.6. Indicação dos montantes dos ajustamentos excecionais de valor dos ativos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinaram.

Não aplicável.

3.7. Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participações em entidades de natureza empresarial.

Não aplicável.

4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo:

Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazo (alínea d) do n.º 7 do artigo 75.º):

Endividamento consolidado de médio e longo prazo:

Caixa Geral de Depósitos	1.870.336
Construção de 10 fogos no Bairro do Furadouro	153.570
Reposição equip./infraest. danif. temporais Nov.97	75.690
San.básico Mina, C.Gafo Cima/Baixo e C. Velha	460.666
Repav.estradas/caminhos municip.e arruam.Fernandes	451.637
Construção do cemitério de Mértola	166.799
Benef./conserv.caminhos terra batida(Parte bonif.)	47.733
Benef/conserv.caminhos terra batida(Parte n/bonif)	40.187
Saneamento Básico e Pav. Vale Açor Baixo e Viegas	201.124
Saneamento Básico e Pavimentação Espírito Santo	272.930
Millennium BCP	969.765
San.básico Alc.Ruiva, Corvos, Corte Sines Moreanes	94.239
San.básico S.Miguel,S.João S.Pedro e Penedos	179.072
Centros educativos de Algodôr e Santana de Cambas	119.526
Centros educativos de Penilhos e S. Miguel	174.949
Projecto HUBAAL 1 - CM 1096 - 1º troço	126.689
Projecto HUBAAL 1 - CM 1096 - 2º troço	167.210
Cine-Teatro Marques Duque	108.080
Banco Santander Totta	898.092
Reestruturação do Eixo Comercial de Mértola	137.945
Saneamento Básico e Pavimentação de Algodor	263.259
Saneamento Básico e Pavimentação em Via Glória	276.923
Saneamento Básico e Pavimentação em Penilhos	219.964
Banco Espirito Santo	275.497
Rede Transfronteiriça Ninho de Empresas	88.961
EM 514 e Ponte Internacional Chança	186.536
Banco Europeu de Investimento	73.703
Construção do Parque Desportivo e Lazer Municipal	73.703
Total	4.087.392

5. Informações relativas a compromissos

5.1. Montante global dos compromissos financeiros que não figurem no balanço consolidado, no caso em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação, incluindo, relativamente às entidades que adotem o POCAL, a discriminação, por agrupamento económico, dos valores que devem ser refletidos nas contas da classe 0 relativas aos compromissos para exercícios futuros.

Não aplicável.

5.2. Descrição das responsabilidades das entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a sua natureza e mencionado expressamente as garantias reais, com indicação da norma legal habilitante.

Não aplicável.

6. Informações relativas a políticas contabilísticas:

Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e os métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente no que diz respeito às amortizações, aos ajustamentos e às provisões:

Imobilizações

Os critérios valorimétricos utilizados pelas entidades do Grupo Municipal, ao nível dos bens do ativo imobilizado, foram o custo de aquisição ou custo de produção.

Nos casos em que não é conhecido o valor de aquisição ou produção, procede-se à devida avaliação, segundo os critérios técnicos adequados.

O método das quotas constantes foi o método utilizado no cálculo das amortizações.

O Município tem implementada a contabilidade de custos que permite apurar os custos internos e imputá-los ao imobilizado, sob a forma de trabalhos para a própria autarquia.

Os bens em curso são considerados completos com informação da conta final de empreitada.

Investimentos Financeiros

As participações de capital em Empresas são valorizadas pelo custo de aquisição.

Existências

As existências são valorizadas ao custo de aquisição.

O critério valorimétrico utilizado na determinação do custo de saída de existências foi o custo médio ponderado.

Não se verificaram factos relevantes para serem constituídas provisões para depreciação de existências.

Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

No que às dívidas a terceiros diz respeito, não se registaram factos patrimoniais relevantes para que se constituíssem provisões para riscos e encargos.

Provisões

As provisões são calculadas de acordo com o princípio da prudência.

Disponibilidades

As disponibilidades em caixa e depósitos em instituições financeiras foram expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente. O saldo de caixa expresso no balanço corresponde à existência física na tesouraria. Os depósitos em instituições financeiras correspondem aos saldos registados nas contas correntes com instituições de crédito e aos valores expressos no resumo diário de

tesouraria. As divergências verificadas entre saldos destas contas e os respectivos extratos bancários foram devidamente reconciliadas.

7. Cotações utilizadas para conversão em euros dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas que sejam ou tenham sido originariamente expressos em moeda estrangeira diferente.

Não aplicável

8. Informações relativas a determinadas rubricas

8.1. Comentário das rubricas “despesas de instalação” e “despesas de investigação de desenvolvimento”.

Não aplicável

8.2. Movimentos ocorridos nas rubricas de ativo imobilizado

Rubricas	31-12-2013	Ajustamentos consol.	Aumentos	Alienações	Abates	Transferências	31-12-2014
De Bens de domínio público							
Terrenos e recursos naturais	187.293,75	0,00	15.027,50	0,00	0,00		202.321,25
Outras construções e infra-estruturas	29.643.226,28	0,00		0,00	0,00	361.464,48	30.004.690,76
Bens do património histórico, artístico e cultural	459.674,15	0,00		0,00	0,00		459.674,15
Outros bens de domínio público	272.219,44	0,00	190.607,96	0,00	0,00		462.827,40
Imobilizações em curso	15.500.389,79	0,00	566.299,62	0,00	0,00	-361.464,48	15.705.224,93
	46.062.803,41	0,00	771.935,08	0,00	0,00	0,00	46.834.738,49
De Imobilizações incorpóreas							
Despesas de investigação e desenvolvimento	4.974,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.974,06
	4.974,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.974,06
De Imobilizações Corpóreas							
Terrenos e recursos naturais	9.116.123,62	2.800,00	44.510,62		0,00	0,00	9.163.434,24
Edifícios e outras construções	17.378.163,84	347.114,48	346.321,56	-4.700,00	0,00	804.320,00	18.871.219,88
Equipamento básico	4.885.245,22	9.074,97	138.943,22		-55.306,56	0,00	4.977.956,85
Equipamento de transporte	3.372.582,96	0,00	153.760,47		0,00		3.526.343,43
Ferramentas e utensílios	49.646,62	0,00	0,00		0,00		49.646,62
Equipamento administrativo	2.700.805,52	25.189,42	134.518,25		-8.368,53		2.852.144,66
Outras imobilizações corpóreas	128.243,77	3.155,55	7.978,35		0,00		139.377,67
Imobilizações em curso	1.233.527,05	0,00	423.553,21		0,00	-804.320,00	852.760,26
	38.864.338,60		1.249.585,68	-4.700,00	-63.675,09	0,00	40.432.883,61
De Investimentos Financeiros							
Partes de capital	1.042.108,69	-573.682,18	0,00	0,00	0,00	0,00	468.426,51
Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	759.002,89	0,00	0,00	0,00	759.002,89
Investimentos em imóveis							
Terrenos e recursos naturais	21.825,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.825,76
	1.063.934,45	-573.682,18	759.002,89	0,00	0,00	0,00	1.249.255,16

8.3. Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar immobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Não aplicável.

8.4. Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram.

Não aplicável.

8.5. Indicação global, por categoria de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e os respetivos preços de mercado.

Não aplicável.

8.6. Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado.

Não aplicável.

8.7. Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não aplicável.

8.8. Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão.

Não aplicável.

8.9. Diferença, quando levada ao ativo, entre importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável.

Não aplicável.

8.10. Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades.

	M. Mértola	Merturis	Fundação Serrão Martins
Vendas de mercadorias	5.972,08	4.590,04	1.540,20
Vendas de produtos	221.176,10		
Prestações de serviços	400.028,03	19.894,91	
Total	627.176,21	24.484,95	1.540,20

8.11. Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros.

Não aplicável.

8.12. Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento da inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação.

Não aplicável.

8.13. Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.

Não aplicável.

8.14. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Por força da alteração do quadro legal vigente, foram incluídas no perímetro de consolidação a Fundação Serrão Martins e a Resialentejo, não tendo sido reexpressas, de forma integral, as demonstrações financeiras consolidadas do ano anterior.

As principais diferenças são:

Em relação à Fundação Serrão Martins, foram incluídos diversos ativos, dos quais se destacam um imóvel com o valor de 304.415 euros.

Relativamente à Resialentejo, foram reclassificados cerca de 449.398, 56 como ajustamentos de partes de capital em presas, por forma da aplicação com MEP em detrimento do reconhecimento de provisões para investimentos financeiros.

8.15. Demonstração consolidada dos resultados financeiros.

Código das contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2014	2013			2014	2013
681	Juros suportados	38.520,28	50.739,13	781	Juros obtidos	15.512,72	35.097,68
682	Perdas em entidades participadas		797.031,71	782	Ganhos em entidades participadas	24.216,38	
683	Amortizações de invest. em imóveis			783	Rendimentos de imóveis	551.000,54	419.134,60
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de participação de capital		
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis			785	Diferenças de câmbio favoráveis		
687	Perdas na alienação aplic. tesouraria			786	Descontos pronto pagamento obtidos		
688	Outros custos e perdas financeiros	7.102,60	1.205,62	787	Ganhos na alienação aplic. tesouraria		
	Resultados Financeiros	545.135,22	-374.778,45	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	28,46	19.965,73
		590.758,10	474.198,01			590.758,10	474.198,01

8.16. Demonstração consolidada dos resultados extraordinários.

Código das contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2014	2013			2014	2013
691	Transferências de capital concedidas	218.376,05	461.979,40	791	Restituição de impostos		
692	Dívidas incobráveis		254,31	792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências			793	Ganhos em existências		
694	Perdas em imobilizações	1.359.126,94	100.465,65	794	Ganhos em imobilizações	13.056,51	8.235,00
695	Multas e penalidades	120,00	10.080,00	795	Benefícios de penalidades contratuais	7.808,58	9.464,70
696	Aumentos de amortiz. e de provisões	0,00		796	Reduções de amortizações e de provisões	0,00	928,27
697	Correções relativas a exerc. anteriores			797	Correções relativas a exerc. anteriores	822,34	5.679,33
698	Outros custos e perdas extraordinárias	1.035,41	1.342,00	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.059.750,75	1.074.597,20
	Resultados Extraordinários	-497.220,22	524.783,14	788			
		1.081.438,18	1.098.904,50			1.081.438,18	1.098.904,50

8.17. Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos.

Não aplicável.

8.18. Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas.

Não aplicável.

9. Informações diversas

9.1. Outras informações exigidas por diplomas legais.

Não aplicável.

9.2. Outras informações consideradas relevantes para uma melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Não aplicável.

BALANÇO CONSOLIDADO

	ACTIVO	ANO DE 2014			ANO DE 2013
		ACTIVO BRUTO	AMORT. PROV	ACTIVO LIQUIDO	ACTIVO LIQUIDO
	Imobilizado:				
	<i>Bens de domínio público</i>				
451	Terrenos e recursos naturais	202.321,25	0,00	202.321,25	187.293,75
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras construções e infra-estruturas	30.004.690,76	7.129.996,93	22.874.693,83	22.513.229,35
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	459.674,15	22.494,42	437.179,73	437.179,73
459	Outros bens de domínio público	462.827,40	0,00	462.827,40	272.219,44
445	Imobilizações em curso	15.705.224,93	0,00	15.705.224,93	15.500.389,79
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
		46.834.738,49	7.152.491,35	39.682.247,14	38.910.312,06
	Imobilizações Incorpóreas				
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	4.974,06	0,00	4.974,06	4.974,06
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
443	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		4.974,06	0,00	4.974,06	4.974,06
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	9.163.434,24	0,00	9.163.434,24	9.116.123,62
422	Edifícios e outras construções	18.871.219,88	4.595.635,84	14.275.584,04	13.291.707,85
423	Equipamento básico	4.977.956,85	4.114.667,30	863.289,55	993.668,59
424	Equipamento de transporte	3.526.343,43	2.813.586,93	712.756,50	765.437,36
425	Ferramentas e Utensílios	49.646,62	49.514,21	132,41	215,20
426	Equipamento administrativo	2.852.144,66	2.646.150,35	205.994,31	211.600,09
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	139.377,67	44.353,44	95.024,23	87.777,43
442	Imobilizações em curso	852.760,26	0,00	852.760,26	1.233.527,05
448	Adiant. p/conta de Imobilizações Corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		40.432.883,61	14.263.908,07	26.168.975,54	25.700.057,19
	Investimentos financeiros				
411	Partes de Capital	468.426,51	0,00	468.426,51	245.076,98
412	Obrigações e títulos de participação	759.002,89	0,00	759.002,89	0,00
414	Investimentos em imóveis	21.825,76	0,00	21.825,76	21.825,76
415	Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
		1.249.255,16	0,00	1.249.255,16	266.902,74
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	413.560,17	0,00	413.560,17	398.574,50
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produto acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	42.824,17	0,00	42.824,17	36.813,07
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		456.384,34	0,00	456.384,34	435.387,57
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos	19.862,25	0,00	19.862,25	21.262,25
211	Clientes, c/c	8.414,61	0,00	8.414,61	16.807,98
212	Contribuintes, c/c	3.487,24	0,00	3.487,24	2.668,49
213	Utentes, c/c	33.867,93	0,00	33.867,93	24.909,16
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	112.781,81	0,00	112.781,81	71.125,33
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
262 + 263 +	Outros devedores	88.233,42	0,00	88.233,42	27.531,32
		266.647,26	0,00	266.647,26	164.304,53
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	3.364.022,49		3.364.022,49	3.624.736,23
11	Caixa	2.979,05		2.979,05	15.970,87
		3.367.001,54	0,00	3.367.001,54	3.640.707,10
	Acréscimos e Diferimentos				
271	Acréscimos de Proveitos	114.217,08	0,00	114.217,08	219.038,02
272	Custos Diferidos	977,06	0,00	977,06	0,00
		115.194,14	0,00	115.194,14	219.038,02
	Total do Activo	92.727.078,60	21.416.399,42	71.310.679,18	69.341.683,27

		FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		2014	2013
		Fundos Próprios			
51	Património			19.836.748,06	19.836.748,06
55	Ajustamento de partes de capital em empresas			-449.398,56	
56	Reservas de reavaliação			0,00	
	Reservas			0,00	
571	Reservas legais			1.576.247,67	1.576.247,67
572	Reservas estatutárias			0,00	
573	Reservas contratuais			0,00	
574	Reservas livres			0,00	
575	Subsídios			0,00	
576	Doações			0,00	
577	Reservas decorrentes de transferência de activos			0,00	
59	Resultado transitados			23.834.041,93	22.053.379,90
88	Resultado líquido do exercício			2.025.096,08	851.768,47
	Resultado líquido afeto a interesses minoritários			-202,71	0,00
	Interesses minoritários			5.284,46	0,00
	Total dos Fundos Próprios			46.827.816,93	44.318.144,10
		Passivo:			
2312	Dívidas a Terceiros - Médio L. Prazo			4.087.392,01	5.006.166,65
				4.087.392,01	5.006.166,65
		<i>Dívidas a terceiros - Curto Prazo</i>			
2311	Empréstimos de curto prazo			0,00	0,00
269	Adiantamentos por conta de vendas			0,00	0,00
221	Fornecedores, c/c			183.772,47	240.766,15
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência			0,00	0,00
252	Credores pela execução do orçamento			0,00	0,00
217	Clientes e utentes c/ cauções			452,06	1.554,38
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			0,00	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c			30.658,78	214.830,88
24	Estado e outros entes públicos			79.645,28	82.974,88
264	Administração autárquica			0,00	472,81
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores			799.480,50	21.393,28
265	Pessoal em regime de tarefa ou avença			0,00	0,00
223	Fornecedores por vendas a dinheiro			0,00	0,00
				1.094.009,09	561.992,38
		Acréscimos e Diferimentos:			
	Acréscimos de Custos			633.638,34	563.967,30
	Proveitos Diferidos			18.667.822,81	18.891.412,84
				19.301.461,15	19.455.380,14
	Total do Passivo			24.482.862,25	25.023.539,17
	Total do Passivo+ Fundos Próprios			71.310.679,18	69.341.683,27

**DEMONSTRAÇÃO DE
RESULTADOS
CONSOLIDADA**

Demonstração de Resultados		2014	2013
Custos e perdas			
61	Custos das mercad. Vendidas e matérias consumidas:	654.616,88	709.754,69
62	Fornecimentos e Serviços Externos:	2.698.389,78	2.642.894,19
641+642	Custos com o pessoal	4.785.708,83	4.698.935,93
63	Transferências e Sub Correntes Conced. Prest. Sociais	1.113.049,57	921.582,38
66	Amortizações do exercício	1.104.954,62	2.659.315,87
67	Provisões do Exercício	0,00	0,00
65	Outros Custos Operacionais	17.523,55	21.607,96
	(A)	10.374.243,23	11.654.091,02
68	Custos e Perdas Financeiros	45.622,88	848.976,46
	(C)	10.419.866,11	12.503.067,48
69	Custos e Perdas Extraordinários	1.578.658,42	574.121,36
	(E)	11.998.524,53	13.077.188,84
	Imposto sobre o rendimento do exercício	145,00	1.304,44
88	Resultados líquidos antes de interesses minoritários	2.025.096,08	851.768,47
	Resultado líquido afeto a interesses minoritários	-202,71	0,00
	Resultados líquidos consolidados	2.024.893,37	851.768,47
		14.023.562,90	13.930.261,75
Proveitos e Ganhos			
7111	Vendas de mercadorias	12.102,32	17.543,36
7112+7113	Vendas de produtos	221.176,10	238.804,37
712	Prestações de serviços	419.922,94	480.174,38
719	Reembolsos, restituições e anulações	-5.271,54	-1.483,49
72	Impostos e taxas	769.804,37	778.960,89
75	Trabalhos para a própria entidade	433.317,05	250.797,03
73	Proveitos suplementares	0,00	0,00
74	Transferências e subsídios obtidos	10.496.142,13	10.592.362,70
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	4.173,25	0,00
	(B)	12.351.366,62	12.357.159,24
78	Proveitos e ganhos financeiros	590.758,10	474.198,01
	(D)	12.942.124,72	12.831.357,25
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1.081.438,18	1.098.904,50
	(F)	14.023.562,90	13.930.261,75
	Resultados operacionais	1.977.123,39	703.068,22
	Resultados financeiros	545.135,22	-374.778,45
	Resultados correntes	2.522.258,61	328.289,77
	Resultado Líquido do Exercício	2.024.893,37	851.768,47

FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Recebimentos		
		2014
Saldo da Gerência Anterior		3.694.174,38 €
Execução Orçamental	3.621.516,80 €	
Operações de Tesouraria	72.657,58 €	
Total das Receitas Orçamentais		13.503.944,23 €
Receitas Correntes	10.922.890,36 €	
Receitas Capital	2.580.231,53 €	
Receitas Outras	822,34 €	
Operações de Tesouraria	890.565,71 €	890.565,71 €
Total ...		18.088.684,32 €
Pagamentos		
Total das Despesas Orçamentais		13.830.623,40 €
Despesas Correntes	9.515.594,42 €	
Despesas Capital	4.315.028,98 €	
Operações de Tesouraria	891.059,38 €	891.059,38 €
Saldo para a Gerência Seguinte		3.367.001,54 €
Execução Orçamental	3.294.837,63 €	
Operações de Tesouraria	72.163,91 €	
Total ...		18.088.684,32 €



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOSÉ VIEIRA DOS REIS
CARLOS A. DOMINGUES FERREZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
GUILHERME W. D'OLIVEIRA MARTINS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do *Município de Mértola*, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 71.310.679 euros e um total de Fundos Próprios de 46.827.817 euros, incluindo um resultado líquido de 2.025.096 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por natureza e o Mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da *Câmara Municipal de Mértola* a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto de entidades incluídas na consolidação do *Município*, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Exceto quanto à limitação descrita no parágrafo n.º 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

SEDE | HEAD OFFICE

Av. da Liberdade, n.º 245 – 8.º A, B e C
1250-143 LISBOA - PORTUGAL
Tel. (+351) 217 271 197
Fax (+351) 217 273 129

Delegação Centro | Center Branch

Av. 22 de Maio, n.º 24 - Escritório 3
2415-396 LEIRIA - PORTUGAL
Tel. (+351) 244 822 175
Fax (+351) 244 822 178

Delegação Norte | North Branch

Via Eng.º Edgar Cardoso, n.º 23
Ed. Tower Plaza - Escritório 5E
4400-676 VILA NOVA DE GAIA-PORTUGAL
Tel. (+351) 223 744 485
Fax (+351) 223 744 977



- a verificação de as demonstrações financeiras das entidades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas;
- a verificação das operações de consolidação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVA

7. O processo de inventariação dos bens de domínio público do Município encontra-se por concluir, não sendo possível confirmar a adequação dos valores registados contabilisticamente, quer em termos de custo de aquisição ou produção, quer em termos de amortizações acumuladas. Relativamente ao imobilizado corpóreo, conforme mencionado no ponto 8.2.15. do Anexo às Demonstrações Financeiras do Município, o seu registo contabilístico encontra-se concluído tendo por base o valor de aquisição, contudo não foi terminada a respetiva conferência física, facto que constitui uma limitação ao nosso exame.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito da situação referida no parágrafo 7 anterior, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Município de Mértola, em 31 de dezembro de 2014, e o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

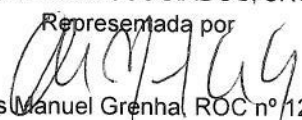
ÊNFASE

Sem afetar a opinião expressa nos parágrafos acima, chamamos a atenção para o ponto 2.1. do relatório de gestão consolidado, no qual é referido que a empresa MERTURIS – Empresa Municipal de Turismo – E.E.M., encontra-se em processo de dissolução.

Lisboa, 17 de junho de 2015

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por


Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266